

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE JUNHO DE 2017

---Ao vigésimo segundo dia do mês de Junho do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela**, em Sessão Ordinária, nas instalações localizadas na Alameda João Alves Cerqueira, em **Monserrate**, tendo a mesma sido presidida por António Rui Viana Fernandes da Ponte (Presidente da **Mesa da Assembleia**) e secretariada por Tiago Fernandes Oliveira (1º Secretário) e por Miriam Veloso (2º Secretário, em substituição).-----

---O **Executivo** da União das Freguesias fez-se representar por José António Gonçalves Ramos (Presidente), António José Rodrigues Soares Basto (Secretário), Amadeu Morais Bizarro (Tesoureiro) e pelos Vogais Carlos Manuel Alves Tavares, Maria Rosa Ferreira Pinheiro de Almeida Figueiredo e Rui Manuel Pimenta Salgueiro.-----

---Não compareceu, injustificadamente, Maria da Conceição Barbosa Azevedo.-----

---Conforme Folha de Presenças (documento 2) compareceram os membros da **Assembleia** Alberto Abreu, Carla Patrícia Sendão da Silva, Fernando Domingos Afonso de Miranda, Francisco José Pereira Carvalhido, Hugo Manuel Fernandes Meira, José Emílio Antunes Viana, José Manuel Filgueiras, José Maria Amieira Flores, Mafalda Oliveira, Manuel Américo Matos Carvalhido, Raquel Sousa Amorim, Sara Cristina Meira Brota, Tomás Ribeiro e Vítor Manuel Antunes da Silva, -----

---Não compareceram, justificadamente, Sara Marques da Silva Gorito (substituída por Mafalda Oliveira).-----

---Não compareceu, injustificadamente, Miguel Sousa Lima.-----

---Foi realizado o registo áudio da sessão.-----

---O Presidente da Assembleia **Rui Viana** agradeceu a presença de todos, informou das substituições de membros e procedeu à leitura da **Convocatória** (documento 1) e da respetiva **Ordem de Trabalhos**.-----

A | Período Antes da Ordem do Dia

B | Período da Ordem do Dia

1. Aprovação da Acta nº 16, da reunião da Assembleia de Freguesia anterior;
2. Informação do Presidente;
3. Discussão do Artº 5 do Regulamento do Cemitério Paroquial da Meadela;
4. Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

C | Período de Intervenção aberto ao Público.-----

---**Aprovação** por unanimidade.-----

A | PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---**José Emílio Viana**, na sequência da participação ao Ministério Público por parte do Vogal Carlos Tavares, que foi distribuída aos membros da Assembleia, questionou o Presidente do Executivo sobre quais os interesses que unem este Executivo da CDU e do PSD.-----

---**Sara Brota** questionou do motivo da não aprovação de um voto de louvor, proposto em reunião do Executivo, a um funcionário que solicitou mobilidade, tendo em conta as boas prestação e avaliação deste e o facto de ter sido funcionário muitos anos.-----

---O Presidente do Executivo **José Ramos** referiu ser imperativo legal informar a Assembleia de todas as situações deste género e informou ter procedido, dentro do prazo estipulado, a esclarecimentos ao Tribunal Administrativo, sendo que aguarda o desenvolvimento do processo. Nas actas estão as opiniões do Vogal e do restante Executivo. Relativamente ao processo de mobilidade do funcionário João Miguel, pesou na consciência dos membros do Executivo a oportunidade que este terá de ver aumentado o seu vencimento, apesar do funcionário fazer falta. Tendo a Freguesia o poder de impedir a saída, foi decidido autorizar o processo, entretanto concluído, tendo sido apresentada uma proposta de voto de louvor por parte do Vogal Carlos Tavares. Entende não ser este caso merecedor de voto de louvor, não tendo isto nada a ver com o funcionário em causa, mas sim com a forma e a razão. Afirmou ter sido proposto um agradecimento pelo Secretário António Basto, tendo ambas as propostas sido votadas, tendo a Vogal Conceição Azevedo votado favoravelmente ambas por entender serem semelhantes. Esclareceu que os votos de louvor atribuídos pelo Executivo o foram aos funcionários que não cobram horas extraordinárias pelo apoio dado no âmbito da realização dos Tapetes das Festas da Agonia, tendo estes sido aprovados por unanimidade. Afirmou haver uma discordância nas opiniões entre voto de louvor e agradecimento, e que também estes louvores se poderiam ter apelidado de agradecimentos pela colaboração, não tendo surgido esta questão anteriormente, sendo uma simples troca de palavras.-----

---**Américo Carvalhido** esclareceu que, tendo colaborado em vários Executivos após o 25 de Abril, era prática comum das freguesias rurais, tendo em conta que os caminhos eram estreitos, solicitar a cedência gratuita de terrenos aos proprietários, para posterior alargamento de arruamentos, como se verificou na Rua da Liberdade e na Rua Zeca Afonso. Posteriormente, muitos proprietários verificavam discrepâncias entre as propriedades registadas nas Finanças e os terrenos efetivamente na sua posse, pelo que era prática corrente a aferição das divergências e a emissão de declaração, por parte da Freguesia, a atestar as cedências de terrenos. Esclareceu ainda que nos seus últimos anos de Presidente existia registo em livro de atas, mas que essa prática não se verificava a seguir ao 25 de Abril.-----

---**José Emilio Viana** solicitou ao Presidente do Executivo a distribuição da resposta dada ao Tribunal Administrativo, de modo a ser do conhecimento da Assembleia.-----

---O Presidente da Assembleia **Rui Viana** esclareceu que a resposta dada ao Tribunal não tem nada a ver com a decisão que venha a ser tomada, mas que esta será remetida aos membros.-----

---O Presidente **José Ramos** procedeu à leitura do documento de resposta enviado por si para o Tribunal Administrativo.-----

---O Presidente **Rui Viana**, referindo não existir segredo de justiça neste processo, propôs que o documento seja distribuído aos membros da Assembleia, de modo a permitir que estes se possam inteirar do processo e dos desenvolvimentos do mesmo.-----

---**Fernando Miranda** confirmou as práticas referenciadas por Américo Carvalhido, mas lembrou um episódio familiar de cedência de terrenos, na década de 60, que só não lhe trouxe problemas pela existência de registo numa ata, conforme tomou conhecimento através do Presidente da Meadela Sérgio Marinho, possibilitando assim a execução de um loteamento. Afirmou ser este apenas mais um caso, tal como um mais recente de cedência para a construção do Centro Social, em que o proprietário se depara com semelhantes problemas de divergência de áreas, decorrente da inexistência de registos das cedências realizadas.-

----**Carlos Tavares** referiu achar importante a intervenção de Fernando Miranda e afirmou não poder assumir a responsabilidade de atos e circunstâncias passadas, de Executivos onde não participou, sobre os quais tem muitas dúvidas. Informou que previamente à reunião de Executivo do dia 26 não lhe foi remetido qualquer documento, tendo-lhe sido apresentada uma declaração da autoria de Nicolau Veríssimo nessa mesma reunião, no momento da discussão. Afirmou não poder aceitar esta situação em que apenas existe este documento a tentar atestar esta situação, não existindo outros documentos e registos, que solicitou e são inexistentes, pelo que, em sua opinião, este não é suficiente. Referiu que se o documento estivesse datado do mandato de Nicolau Veríssimo seria por ele aceite como válido, no entanto é apresentado em momento em que este cidadão já não é Presidente da Junta. Afirmou ser este mais um dos assuntos em que propôs ponderação na decisão e solicitação de parecer jurídico, na reunião de 8 de Maio, tendo sido adiada a discussão para a reunião seguinte, sendo que apesar disso lhe solicitaram logo no dia seguinte uma votação por via eletrónica, dado existir um compromisso de entregar a declaração ao cidadão requerente. Esclareceu ter solicitado nessa reunião prudência, investigação e eventuais novas provas, de modo a poder ser tomada uma decisão que pudesse ser enquadrada legalmente. Relembrou que como cidadão e eleito local tem a obrigação, em caso de dúvida, fazer um pedido de averiguações ao Ministério Público, que foi o que fez, e que é diferente de fazer uma acusação.-----

----**José Ramos** insurgiu-se contra o direito de intervenção de Carlos Tavares.-----

Rui Viana esclareceu o Presidente do Executivo que deu a palavra ao referido autor da Participação pois este direito de intervir não lhe poderia ser negado.-----

----**Amadeu Bizarro** fez questão de referir que Carlos Tavares qualificou, por escrito, a declaração emitida pelo Executivo como inadequada e ilegal. Relembrou que o Presidente de Junta pode atestar oralmente factos que sejam do seu conhecimento, sendo as falsas declarações punidas legalmente. Afirmou que as únicas pessoas passíveis de responsabilização são Nicolau Veríssimo e Sérgio Marinho, tendo o Executivo somente emitido uma declaração citando as declarações produzidas por ambos.-

----**Rui Viana** procedeu à leitura de um documento manifestando solidariedade para com o ato praticado pelo Presidente do Executivo (documento 3).-----

----**José Filgueiras** subscreveu o documento, lembrando a sua experiência de Executivos em que colaborou, apelando à necessidade de bom senso dos intervenientes e da procura de consensos em prol da comunidade, o que não lhe parece ter acontecido com esta participação ao Ministério Público. Manifestou solidariedade ao Executivo com exceção para o Vogal Carlos Tavares.-----

----**Carlos Tavares** pediu a palavra para afirmar ter sido a pessoa que teve intenção de clarificar a situação, através de pareceres jurídicos, tendo sido acordado pelo Executivo a discussão do assunto na reunião posterior, sendo que no dia seguinte os membros da CDU neste órgão faltaram ao compromisso, solicitando uma votação eletrónica por e-mail, ilegal, pelo que não aceita ser acusado de motivações políticas. Afirmou estarmos perante um boicote à verdade, lembrando ter suscitado atempadamente o esclarecimento de dúvidas no dia 26 de Abril, através de declaração em Acta, tendo sido assumido pela CDU a pesquisa de documentos, a hipótese de eventuais testemunhos, bem como a discussão do assunto na reunião seguinte. Foi surpreendido no dia seguinte com a tentativa de votação eletrónica, tendo-lhe sido exigida resposta no próprio dia, dado um alegado compromisso assumido por Amadeu Bizarro perante o cidadão requerente. Afirmou que não teve acesso a qualquer outro documento, nem levantamento topográfico.-----

----**Alberto Abreu** questionou se o testemunho de solidariedade de Rui Viana poderia ser colocado para discussão e subscrição por parte da Assembleia, o que foi aceite pelo autor.-----

----**Rui Viana** procedeu a nova leitura do documento para discussão do mesmo.-----

----**Votação da Proposta** | Aprovação por maioria; 12 votos a favor, 4 votos contra.-----

----**Declarações de Voto** | **Sara Brota** afirmou ser o seu voto condicionado por não ter conhecimento jurídico que lhe permita ter opinião sobre o assunto, não menosprezando os apoiantes do voto de solidariedade. | **Hugo Meira** declarou votar contra por razões semelhantes, afirmando que em caso de dúvidas não deve haver problemas em clarificar a situação, sendo da opinião de que os membros do Executivo se devem entender internamente antes de debater o assunto em Assembleia, averiguando da legalidade da situação e definindo uma forma de atuação para situações futuras | **Tiago Oliveira** lamentou algumas práticas exercidas pelo Executivo, que não são toleradas noutras autarquias, afirmando que a Vereadora Ilda Figueiredo também se recusa a discutir quando não lhe são fornecidos documentos, e que o Presidente José Ramos tenta, há três anos e meio, aprovar propostas sem documentos e sem fundamentação.-----

----**José Ramos** afirmou que havia um compromisso de entregar a declaração ao cidadão, e que já anteriormente foram ultrapassados casos semelhantes, não tendo existido oposição. Não tendo existido consenso, foi dado conhecimento ao cidadão e o assunto foi novamente agendado para a reunião seguinte, com transparência, não tendo existido voto eletrónico.-----

----**José Emilio Viana** chamou a atenção para os membros da Assembleia para o facto de o Governo ter reunido já por meio eletrónico, pelo que é seu entendimento que a Junta poderá recorrer à utilização dos mesmos.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO | Não se verificaram intervenções.-----

B | PERÍODO DA ORDEM DO DIA

B.1 | Aprovação da Acta da sessão da Assembleia de Freguesia nº 16 (documento 4) | **Aprovação** por maioria; 12 votos a favor, 4 abstenções, com Declaração de Voto por não participação na sessão.-----

----**Rui Viana** pediu desculpa em nome da Mesa pela distribuição da Acta antes da sessão e foram interrompidos os trabalhos para leitura da mesma.-----

B.2 | Informação do Presidente (documento 5) | O Presidente **José Ramos** procedeu a uma breve apresentação do documento.-

----**Francisco Carvalhido** questionou uma reunião sobre a Feira da Meadela, relativamente à qual tinha sido dito em sessão anterior que iria ser apresentado um projeto, questionando se vai ou não existir intervenção antes das eleições.-----

----**Américo Carvalhido** solicitou esclarecimento sobre contratação de um projeto de arquitetura, que suspeita poder ser para realização de obras no edifício da antiga Junta da Meadela.-----

----**Sara Brota** questionou apoios sociais solicitados pela Segurança Social, pelo Gaf e pela equipa do RSI, solicitando esclarecimentos relativos à existência de critérios de atribuição.-----

----O Presidente **José Ramos** informou que o projeto em causa é uma ideia de há muitos anos e será o de melhorar as instalações do Grupo Folclórico das Lavradeiras da Meadela, sendo que aguarda reunião com o Presidente do Município, após terem sido desenvolvidos os projetos de especialidades. Relativamente à Feira da Meadela, referiu ter exigido ao mesmo que se pronuncie concretamente às intervenções a realizar no Largo da Feira, cujo projeto inclui a criação de condições de reintegração da população que lá habita, o que inclui a reinstalação da Feira, cujo prazo de execução das obras já foi ultrapassado. Assim, a Feira da Meadela não será instalada neste mandato, mas José Ramos espera que haja transparência por parte do Município e

que o Presidente esclareça explicitamente a intervenção a realizar, que ele próprio já anunciou anteriormente, na qualidade de Vereador. No que diz respeito ao apoio social, esclareceu que a Junta recebe pedidos de ajuda da Segurança Social em momentos de emergência, enquanto os próprios serviços avaliam os eventuais apoios a atribuir, cessando assim o apoio da União das Freguesias.-----

----**Américo Carvalho** solicitou, caso as obras se concretizem neste mandato, que o Executivo apresente o projeto aos membros da Assembleia.-----

----**Hugo Meira** questionou das moções aprovadas em anterior sessão e se estas preocupações foram encaminhadas para o Presidente do Município, sobretudo a abertura do Parque da Cidade, bem como das reuniões relativas à Rua Frei Bartolomeu dos Mártires.-----

----**José Ramos** lembrou que as Moções aprovadas foram enviadas ao Presidente do Município; na Rua Frei Bartolomeu dos Mártires o prazo prometido por este para a resolução do problema ainda não está esgotado; todas as Moções aprovadas foram encaminhadas para o Município, sem ter obtido qualquer resposta.-----

B.3 | Discussão do Artº 5 do Regulamento do Cemitério Paroquial da Meadela

----**Rui Viana** lembrou que este assunto já foi discutido anteriormente, tendo sido retiradas as propostas então apresentadas por consenso, tendo entretanto sido realizada a reunião prevista, a que faltaram os representantes do CDS e do PS, que apenas hoje alegaram não terem recebido a convocatória para a mesma, o que se tentará averiguar, tendo participado CDU e PSD. Está em vigor um texto aprovado em Assembleia, que depois deveria ser melhorado, e temos de novo a discussão do artigo 5, nº 2, para o que pode haver novas propostas.-----

----**Hugo Meira** informa que o CDS e o PSD apresentam a mesma proposta (documento 6) já discutida, por entenderem ser uma melhoria para a população.-----

----**Américo Carvalho** esclareceu que foi contactado antes do início da reunião por Amadeu Bizarro, tendo manifestado o apoio à proposta do Executivo, pelo que nem acharam necessária a realização da mesma.-----

----**Rui Viana** lembrou que a proposta já foi discutida e, por proposta de José Emílio Viana, foi consensualizada uma melhoria de redação, a realizar posteriormente.-----

----**Votação da Proposta** | Aprovação por maioria; 12 votos a favor, 4 votos contra, 1 abstenção.-----

----**Declarações de Voto** | **Sara Brota** afirmou ser o seu voto condicionado por não ter conhecimento jurídico que lhe permita fazer outra interpretação.-----

B.4 | Outros assuntos de interesse para a Freguesia

----**Francisco Carvalho**, relativamente ao ponto anterior, afirmou ter sido enganado, dado que em sessão anterior foi aprovada uma redação condicionada a uma alteração, o PSD apenas aceitou retirar a proposta para uma redação de consenso, após uma tentativa do Presidente do Executivo de retirar a proposta.-----

----**Rui Viana** lembrou que a proposta que foi aprovada previa uma melhoria de redação, proposta por José Emílio Viana. Na sessão seguinte foi retirada, por consenso, a proposta de alteração, para permitir uma redação acordada entre os partidos. Realizada a reunião, o PSD e a CDU mantiveram as suas propostas inalteradas.-----

----**Hugo Meira** lembrou que o seu voto, há três sessões, foi condicionado de modo a procurar-se uma melhor redação, por isso votou favoravelmente a proposta de José Emílio Viana, mas sente-se indignado e é contra a presente redação.-----

---**Rui Viana** esclareceu a data e hora de envio da convocatória para o PS e CDS, solicitando a verificação da receção.-----

---**José Emilio Viana** esclareceu que a sua proposta que foi aprovada não teve intenção de condicionar a votação dos membros da Assembleia.-----

---**Rui Viana** afirmou não ser justa a afirmação de que a Assembleia pode ter enganado alguém na sua votação, tanto que a discussão foi novamente agendada e faz parte da ordem de trabalhos.-----

---**José Filgueiras** alertou para a utilização da via pública por um comerciante no Largo Maestro José Pedro, que coloca mobiliário e outros artigos à venda, o que deve ser avaliado tendo em conta também a proximidade à Capela das Candeias, pelo que se deverá diligenciar junto das entidades competentes a resolução da situação.-----

---**Fernando Miranda** questionou o Executivo se existe alguma prevenção programada para condicionar o acesso das pessoas a Santa Luzia, agora que se anuncia uma subida de temperatura.-----

---**José Ramos** esclareceu da reunião anual da Proteção Civil, referiu graves problemas de limpezas dos terrenos, problemas legislativos, e apela-se às populações para denunciar às autoridades competentes qualquer vestígio de fogo.-----

---**Fernando Miranda** referiu-se a alguns problemas relacionados com depósitos de água para emergências.

---**Américo Carvalho** esclareceu que no seu mandato o depósito de água referido esteve sempre cheio, pelo que se não está a ser abastecido é por incompetência de alguém, e pode ajudar a averiguar. Do mesmo modo executou um maceiro desde a Estrada do Monte da Meadela até à Abelheira, pelo que se está cortado é porque a Câmara nunca mais limpou, e também pode ajudar a averiguar.-----

---**José Emilio Viana** questionou da limpeza dos baldios.-----

---**José Ramos** esclareceu que as pessoas têm receio de perder terrenos, mas existe uma Comissão de Compartes de Santa Maria Maior, sendo o sítio mais preocupante em termos de limpeza por trás da Escola da Abelheira.-----

C | PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO | Não se verificaram intervenções do público.-----

---- O Presidente da Assembleia **Rui Viana** solicitou autorização para aprovação da **Acta sob a forma de Minuta**, depois de lida, composta por ___ folhas devidamente numeradas e rubricadas, a Assembleia de Freguesia deliberou aprovar por unanimidade, sendo assinada por quem a presidiu e por Tiago Fernandes de Oliveira e Miriam Soares Veloso, que a secretariaram.-----

----A reunião foi encerrada às vinte e três horas e trinta minutos.-----

| **O Presidente**
(António Rui Viana Fernandes da Ponte)

| **O 1º Secretário**
(Tiago Fernandes Oliveira)

| **O 2º Secretário**
(Miriam Veloso)